



## EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS EM ALAGOAS E NO RIO GRANDE DO NORTE E O CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASILEIRO

Érica Priscilla Carvalho de Lima - ericapcl1@gmail.com  
William Gledson e Silva - williangledson@gmail.com

\* Submissão em: 16/03/2017 | Aceito em: 19/11/2017

### RESUMO

O objetivo do presente artigo foi analisar a relação das taxas de câmbio e de juros sobre a pauta de exportação dos produtos agrícolas mais significativos nos estados de Alagoas e do Rio Grande do Norte, para o período de 2003 a 2014. Os dados sinalizaram uma elevada dependência da economia regional em torno dos produtos agrícolas, corroborando um quadro preocupante no que diz respeito à uma estrutura basicamente caracterizada por produtos de baixo valor agregado e altamente vulnerável aos condicionantes externos. Além disso, observou-se que as taxas de câmbio e de juros são deveras importantes para explicar a performance das exportações dos estados enfatizados, embora apresentem diferentes efeitos quando analisados isoladamente. Entre 2003 a 2008, as exportações alagoanas passaram por uma tendência de crescimento, resultante da combinação de elevados preços das commodities, apreciação cambial e redução da taxa de juros. O Rio Grande do Norte também passou por uma trajetória semelhante, embora tenha sentido mais fortemente os efeitos da crise de 2008. Em 2009, os dois estados reduziram as exportações, que devido ao reflexo da maior taxa de juros e da depreciação cambial do período. Entre 2010 a 2014, o RN passou por um período de recuperação do volume exportado, apresentando um caráter estável, enquanto que AL mostrou que tem apresentado redução pós 2011, ano que alcançou o maior volume de exportações no período analisado.

**Palavras-Chave:** Economia, taxa de câmbio, taxa de juros.

### AGRICULTURAL EXPORTS IN ALAGOAS AND RIO GRANDE DO NORTE AND THE BRAZILIAN MACROECONOMIC SCENARIO

### ABSTRACT

The goal of this article was to analyze the relationship of exchange rates and interest on the export tariff of the most significant agricultural products in the States of Alagoas and Rio Grande do Norte, for the period of 2003 to 2014. The data signaled a high dependence on the regional economy around agricultural products, corroborating a worrying picture in relation to a structure basically characterized by low value-added products and highly vulnerable to external conditions. In addition, it was observed that the Exchange and interest rates are very important to explain the performance of exports of States emphasized, although presenting different effects when analysed separately. Between 2003 to 2008, exports of Alagoas went through a growth trend, resulting from the combination of high commodity prices, exchange rate appreciation and interest rate reduction. The Rio Grande do Norte also went through a similar trajectory, though felt more strongly the effects of the crisis of 2008. In 2009, the two States have reduced exports, due to the reflection of the higher

interest rate and exchange rate depreciation. Between 2010 to 2014, the RN went through a period of exported volume recovery, showing a stable character, while AL showed that has reduced post 2011, year which achieved the largest volume of exports in the period under examination.

**Keywords:** Economy, exchange rate, interest rate.

## 1 INTRODUÇÃO

Corriqueiramente, lê-se na literatura que o Brasil desde suas origens é um país agrário exportador, o qual depende de um impulso externo para que a economia nacional seja dinamizada, pois com o aumento do volume das exportações o crescimento econômico, provavelmente, acelera-se significativamente, invertendo-se a tendência via queda nas transações correntes (BAER, 2002).

O comentário inicial, por sua vez, encontra sustentação na hipótese do chamado crescimento voltado para fora, o qual chancela haver expansão da economia sustentada nas exportações de bens e serviços com baixa elasticidade, revelando perdas flagrantes em choques externos conjugadas com redução na atividade interna ao país (PREBISCH, 2000).

Autores como Medeiros e Serrano (2001), via de regra, discutem elementos teóricos sobre o comércio internacional, no sentido de mostrar alguns pontos capazes de evidenciar eventuais implicações das condições externas, especialmente em torno do Balanço de Pagamentos (BP), de modo que as restrições em transações correntes produzem efeitos correlatos no ritmo da atividade econômica, sendo necessário elevar a elasticidade renda das exportações.

A razão a essa interpretação, sem dúvida, trata da tentativa de contestar a análise de Krugman (1989), em que as restrições externas são condicionadas pela escala de produção nacional, quer dizer, o aumento do passivo externo líquido diante da taxa de crescimento das exportações perde importância, cuja marca fundamental decorre da capacidade de elevar a produtividade nacional.

Isso posto, Vartanian (2010) explicita que é através dos choques cambiais que a componente produção econômica é afetada, cujo aspecto central, indubitavelmente, revela impactos consistentes do plano internacional nas diversas atividades de um país, sendo tal argumento mais aceitável no estudo em desenvolvimento.

O expediente até então apresentado, necessariamente, permite a algumas inquietações de pesquisa, dentre as quais, sugere-se o exame da influência externa sobre a economia de estados brasileiros, a exemplo de Alagoas (AL) e Rio Grande do Norte (RN), tomando como referência a pauta de exportações dessas unidades federativas geograficamente constantes no Nordeste do país.



Justifica-se a realização deste estudo, por sua vez, pela existência de uma região brasileira, a exemplo do Nordeste, cujas características remontam traços de periferia nos termos de Prebisch (2000); além disso, os estados considerados não apresentam discrepâncias tão elevadas, possibilitando a comparação entre ambos.

Assim, as exportações do Nordeste apresentam um caráter altamente concentrador em quatro estados: Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco, que responderam por mais de 90% das exportações regionais, em 2014. Por outro lado, Alagoas representou 3,96% e o Rio Grande do Norte atingiu 1,58% das exportações do Nordeste no mesmo ano, explicitando uma baixa propensão a exportar dos entes enfatizados, todavia, em tempos de crise e de desequilíbrios fiscais, o setor exportador pode minimizar os efeitos negativos da crise, justificando a opção por este estudo comparado.

Ademais, sustenta-se a hipótese de que instâncias estaduais nordestinas, expressas em AL e RN, incontestavelmente, pouco dinâmicas economicamente, garantem o ritmo da atividade produtiva via setor exportador, cujo cenário de crise financeira internacional gera um incremento nas dificuldades econômicas nos enfatizados estados.

Com efeito, o objetivo do artigo é analisar comparativamente, a influência do quadro de referência externo sobre a pauta de exportações do principal trio de produtos agrícolas alagoano e potiguar, durante os anos de 2003 a 2014. Metodologicamente, pretende-se sistematizar via estatísticas descritivas quão as variáveis externas repercutem estadualmente, a partir do período anteriormente sinalizado.

Este artigo se encontra dividido em mais quatro seções incrementalmente a introdução. A seguir, faz-se uma breve revisão de literatura; na sequência, realiza-se a exposição dos procedimentos metodológicos; posteriormente, discutem-se os resultados alcançados no trabalho, reservando ao último item a apresentação de algumas considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1. Câmbio e condições externas brasileiras e suas repercussões sobre estados nordestinos

Esta seção, por seu turno, preocupa-se em examinar quão as condições externas podem repercutir em áreas periféricas, a exemplo do Brasil e seus reflexos sobre os estados nordestinos, não obstante sua característica pouco dinâmica e bastante sensível aos movimentos do mercado internacional, o qual produz, fatalmente, contundentes alterações econômicas decorrentes das relações ligadas às transações correntes.

Assim, Figueiredo et al. (2012) discutem várias teorias da economia regional, de modo que dentre elas, constata-se haver nas zonas competitivamente diminutas, uma tendência cabal de fortes influências seja positivamente ou negativamente sobre a economia, a partir das oscilações da demanda externa, revelando um traço de dependência dos mercados fora da região.

Os autores supracitados, via de regra, reforçam as impressões teóricas de Araújo (2000), a qual enxerga no Nordeste brasileiro a existência de uma “fratura social”, em que a assimetria regional reflete o cenário de desigualdade do país, cuja participação do setor público é essencial para a superação dos atrasos econômicos, dando mostras de um binômio capaz de dinamizar regiões conforme o espaço nordestino, a saber: política fiscal local e seguimento exportador.

Inicialmente, de uma maneira mais intervencionista, admite-se que a política econômica expressa fiscalmente é quem comanda o processo de dinamização regional, cujos maiores gastos públicos, menores volumes de tributos, ampliação da parcela dos dispêndios na forma de investimentos, dentre outros, sem sombra de dúvida, geram elevação nos níveis da atividade econômica, a exemplo dos estados alagoano e potiguar (SERRANO, 2001; LOPREATO, 2014; NASSIF, 2015).

De fato, Prebisch (2000) sustenta esses argumentos, pois defende que a intervenção do setor público, via de regra, não se resume em gastos mais representativos, ao contrário, propõe o famoso Processo de Substituição de Importações (PSI), cujo traço marcante indica ser crucial haver proteção nacional diante de itens importados para estimular o crescimento do mercado interno, na tentativa de inverter a causalidade do crescimento voltado dessa forma para dentro.

Esse aspecto, por sua vez, delimita que uma nação periférica alcançaria o desenvolvimento elevando o nível de produção industrial, aumentando a elasticidade renda das exportações, no entanto, fugindo da hipótese de ganho de mercado via incremento na escala de produção nacional proposta por Krugman (1989), cujo mecanismo trata da chamada política cambial, a partir do estudo de Vartanian (2010).

Com efeito, Medeiros e Serrano (2001) mostram que o crescimento econômico de um país, fundamentalmente, decorre das restrições em transações correntes, quer dizer, a hipótese apresentada no estudo de Krugman (1989) perde consistência devido a desconsideração da política cambial, que impulsiona uma maior ou menor limitação das condições externas, tendo em vista o ritmo da atividade produtiva, a qual está sujeita às mudanças no ambiente internacional via saldo de BP.

Nesse sentido, o câmbio, que corresponde a quantidade de moeda nacional necessária para comprar uma unidade de moeda de outro país, altera sua cotação através dos movimentos de mercado, isto é, um maior fluxo de ingresso de capitais em uma nação aumenta a oferta monetária diante da equivalente doméstica fazendo a taxa cambial cair, reservando o inverso resultados contrários ao antes enfatizado.

Os comentários prévios, por seu turno, encontram sustentação nos estudos de Carlin e Soskice (2006) e Silva et al. (2013), em que uma depreciação / desvalorização cambial produz como repercussão um tendencial incremento no volume de exportações e queda nas importações, reservando para a apreciação / valorização o inverso, cuja política capaz de modificar esse cenário decorre da monetária, ajustando as taxas de juros para tal fim (NASSIF, 2015).

Ressalte-se, no entanto, que o argumento anterior está firmado em bases exclusivamente comerciais, entretanto, o terreno financeiro sobrepõe em muito a enfatizada esfera, de maneira que nações periféricas especialmente, sujeitam-se cambialmente aos reflexos advindos do capital especulativo, quer dizer, instabilidades internacionais tendem a alterar o fluxo de divisas ingressantes diante das fugas desses, cujo saldo de saída prepondera, ocorre depreciação cambial e vice-versa (GOMES, 2009).

A autora desenvolve uma análise bastante contundente acerca do contexto de instabilidade capitalista, cuja marca de relevo, sem dúvida, corresponde à percepção de diferenças importantes nos fluxos de capitais, sendo esses mais ou menos voláteis, de modo que em países como o Brasil de características periféricas, os ingressos dos investimentos assumem a natureza especulativa e não produtiva na maioria dos casos, ratificando a condição de nação elástica aos movimentos financeiros comparativamente ao resto do mundo posicionado mais para o centro.

Assim, recupera-se no trabalho de Carneiro (2002) o conceito de trindade impossível, isto é, não há a possibilidade de reunir simultaneamente câmbio flutuante, autonomia da política econômica e a movimentação de capitais de curto prazo (esses significam ser a face não produtiva do capital), em que tal traço revela desafios bastante elevados para o Brasil combinar dinamismo da

economia nacional frente ao cenário de instabilidade enfrentado pela periferia capitalista, peculiarmente as áreas do país mais necessitadas de política econômica de cunho mais ativas, restando a alternativa complementar do quadro exportador objeto de exame do artigo.

Em suma, os estados alagoano e potiguar, situados no Nordeste Brasileiro, encontram como opções de superação dos hiatos de crescimento diante da parcela do país mais desenvolvida na leitura de Araújo (2000), o olhar não desprezível ao setor exportador, o qual reúne vestígios característicos da periferia apontada por Prebisch (2000), admitindo uma reduzida elasticidade renda das exportações pelo baixo teor tecnológico dos produtos desses estados, voltando seu fluxo comercial externo para itens primários compreendidos em um ambiente instável conforme é o sistema capitalista (MEDEIROS E SERRANO, 2001).

Afinal, a breve apresentação de alguns elementos teóricos, sem dúvida, traz um desenho importante ao artigo, quer dizer, pretende-se sistematicamente realizar uma análise sobre a pauta de exportações alagoana e norte rio-grandense, partindo-se de um cenário externo em que o comandante das prováveis influências nos referidos estados corresponde a União, especialmente apoiada nas políticas por ela desenvolvidas, a exemplo da monetária e cambial, pois não se considera o aspecto fiscal vinculado ao Governo Federal no estudo opcionalmente, unicamente mencionada como atributo relevante para unidades federativas das proporções das aqui selecionadas.

Portanto, na sequência é intenção construir um desenho metodológico consistente com o objetivo e revisão de literatura antes explicitados, de maneira que tal procedimento carece de um detalhamento mais condizente aos traços já demarcados na pesquisa, chamando a atenção para a seção postada a seguir.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A seção que agora se inicia pretende apresentar os contornos relacionados à metodologia do estudo, em que os limites da pesquisa devem ser explicitados nas tipologias adotadas, perfil e natureza dos dados, instrumentos de mensuração para aferição dos resultados, cuja preocupação central é demarcar o desenho aqui perseguido.

O presente artigo de caráter exploratório propõe como modalidades investigativas, via de regra, uma revisão de literatura combinada com o uso de amostragem, as quais permitem enxergar

no objeto de estudo, necessariamente, nuances capazes de extrair evidências importantes constantes no objetivo do trabalho já expressa nessas páginas.

De maneira mais específica, almeja-se desenvolver uma análise da influência das condições externas ao Brasil sobre o principal trio de produtos presentes na pauta de exportações potiguar e alagoana, durante os anos da administração petista no país, na tentativa de construir uma comparação entre os estados nordestinos citados, procurando atestar qual deles é mais sensível às oscilações internacionais, em um ambiente macroeconômico tão volátil.

A sustentação do argumento prévio espelhada nos trabalhos de Medeiros e Serrano (2001), Carneiro (2002), Modenesi (2005), Franco (2006), Gomes (2009), Vartanian (2010) e Silva et al. (2013) revela que a instabilidade externa repercute dramaticamente na economia de quaisquer nação, especialmente aquelas de traços periféricos, chancelando uma tendência ao aumento do cenário instável com maiores incertezas quanto às expectativas econômicas, caso inverso na redução da instabilidade.

Para tanto, consideram-se como variáveis chave ao estudo a taxa de câmbio brasileira Real /Dólar e a taxa de juros básica do país, em que suas trajetórias no período em análise decorrem de procedimentos estatísticos do próprio Banco Central do Brasil, como elementos determinantes na repercussão dos aspectos que se pretende medir no artigo, a saber: a pauta de exportações norte rio-grandense e alagoana e sua decomposição nos 3 itens mais importantes relativamente ao volume exportado anualmente a cada estado.

Assim, os dados a serem utilizados na mensuração expressa nas variáveis antes apontadas, por seu turno, originam-se de bancos de informações já elaborados, isto é, a natureza dos dados é secundária e a fonte desses, fundamentalmente, decorre do Banco Central do Brasil (BCB), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEADATA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Partindo-se das explicitações anteriores calcula-se a taxa de participação relativa dos produtos potiguar e alagoano em relação ao volume exportado anualmente, a cada quadriênio, evidenciando os itens mais representativos nas pautas enfatizadas, cuja prerrogativa é verificar por período essas diferenças, na tentativa de ratificar ou não se as exportações dos estados discutidos desenham características realmente periféricas.

Após este expediente, pretende-se mensurar a taxa de variação percentual do câmbio e juros e de cada item da pauta, variando o aumento ou redução de um ano a outro, independentemente se o produto se mantém na mesma posição, quer dizer, o relevante é reconhecer se o primeiro, segundo

ou terceiro item da pauta oscila mais ou menos anualmente frente ao comportamento cambial e dos juros, aferindo assim eventuais influências, notadamente a cada quadriênio referente aos mandatos de Lula ou Dilma.

O procedimento antes explicitado associa-se à tentativa de mensurar maiores ou menores elasticidades por período de governo, não adotando instrumentos econométricos em decorrência de uma baixa quantidade de observações e a escolha por separar os quadriênios é devido aos eventos econômicos que especificam os anos considerados uns dos outros, revelando dessa forma contornos e razões dos passos a serem realizados aqui.

Finalmente, alcança-se o término da seção até então descrita, a qual traz indicações claras das intenções cristalizadas na pesquisa, as delimitações correspondentes e o modo pelo qual se almeja atingir os objetivos do artigo. Logo, esse intento está demarcado a seguir, onde se encontram a análise e discussão dos achados na investigação em curso ao longo das páginas ora delineadas.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os estados nordestinos são historicamente caracterizados por uma elevada participação da agropecuária na produção e organização territorial, tendo em vista a influência do trinômio gado, algodão e cana-de-açúcar na formação da economia regional. No entanto, quando comparado ao restante dos estados brasileiros, o setor no Nordeste apresenta uma série de fragilidades com relação ao atraso tecnológico, bem como o histórico de secas e elevada concentração fundiária que corroboram uma maior vulnerabilidade para a estrutura produtiva na região.

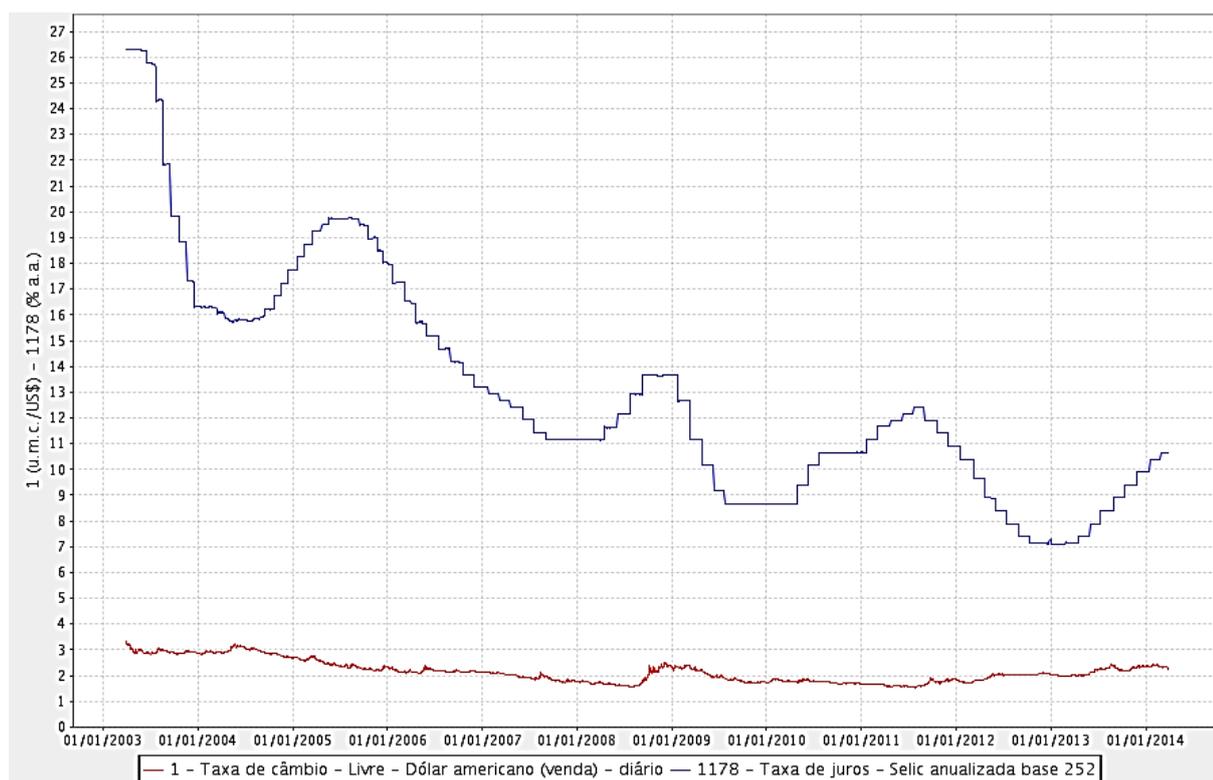
Com base nas informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), entre os principais produtos exportados em 2014 no Rio Grande do Norte, continuavam liderando na pauta, respectivamente, os melões (23,9%), castanha de caju (7,9%) e sal marinho (7,54%). Já Alagoas, no mesmo ano, apresentou uma pauta altamente concentrada nos produtos relacionados ao açúcar, sendo os três principais produtos exportados: açúcar de cana (83,53%), outros açúcares (9,63%) e álcool etílico (3,57%).

Percebe-se assim, que os dois estados apresentam uma estrutura produtiva bastante atrelada ao setor primário de produção. Além das oscilações inerentes as condições climáticas, o comportamento do setor agrário é reflexo do crescimento econômico doméstico e internacional e, conseqüentemente, de variáveis macroeconômicas como taxa de juros e de câmbio.

O desempenho do setor exportador, por seu turno, é crucial para analisar a dinâmica produtiva de uma economia, uma vez que determina os setores mais competitivos. O papel da taxa de câmbio está relacionado a importância do setor externo ao repercutir na moeda doméstica comparativamente a moeda estrangeira, sendo essencial para determinar quais segmentos são mais sensíveis à competitividade via preços. Paralelamente, a taxa de juros incide diretamente na estrutura produtiva, a medida que setores mais consolidados apresentam maiores facilidades de financiamento externo (NAKABASHI, CRUZ E SCATOLIN, 2008).

O Gráfico 1 mostra a evolução da taxa de câmbio e de juros (Selic) no período de 2003 a 2014. Pelo lado da taxa de juros, percebe-se uma alta oscilação da variável ao longo dos anos e uma tendência de redução pós-2003. A taxa de câmbio apresentou elevada volatilidade, tendo uma trajetória de apreciação no mesmo ano.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de câmbio e taxa de juros, 2003 a 2014



Fonte: Gráfico gerado pelo Banco Central: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais

O ano de 2003 corresponde ao primeiro ano do mandato do Presidente Lula e verifica-se uma apreciação do câmbio, bem como uma administração do Banco Central voltada à redução da taxa de juros. Segundo Siqueira (2007), em 2004 ocorreu uma aceleração da economia devido e,

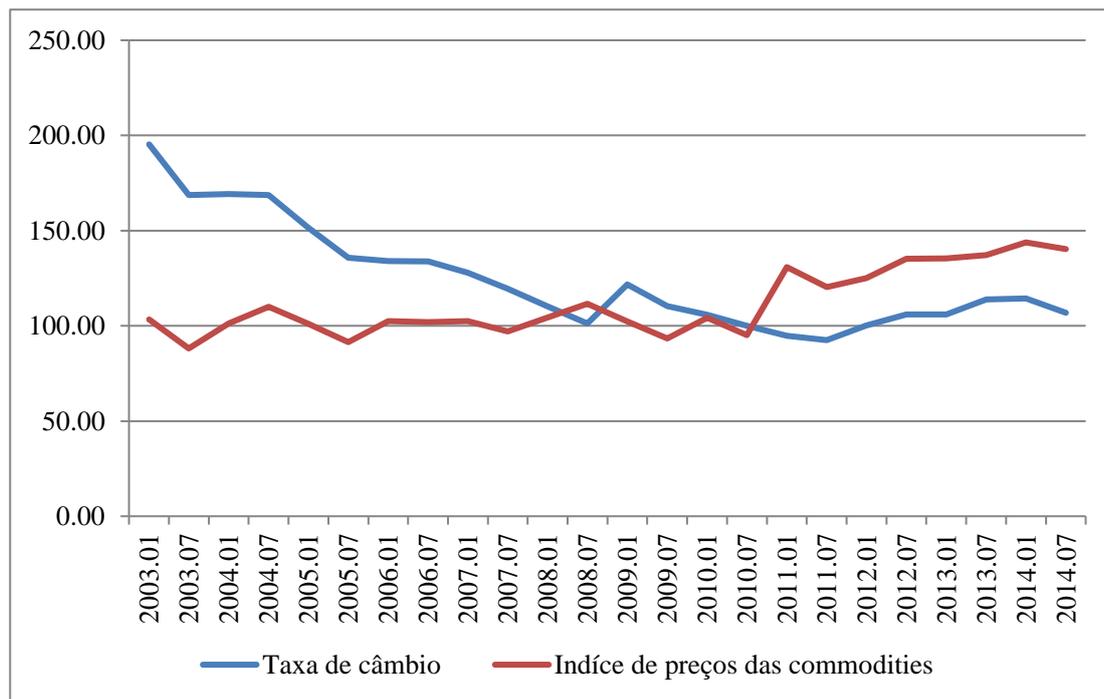
principalmente, ao maior dinamismo econômico da China que impactou favoravelmente sobre o montante e preços das commodities, em virtude do Brasil se configurar em um país que cresce voltado para fora, conforme Medeiros e Serrano (2001)

Assim, a tendência de apreciação cambial foi reforçada por uma série de fenômenos favoráveis, tanto domésticos como externos. Entre os fatores favoráveis cabe destaque para a expansão da liquidez, queda da aversão ao risco, crescimento da economia mundial, elevação dos preços das commodities e um juro elevado que beneficia o ingresso de capitais financeiros no país.

A trajetória de apreciação cambial perdurou até 2008, pois a partir desse ano houve o aprofundamento da crise financeira internacional que agravou a instabilidade macroeconômica mundial e, conseqüentemente, no Brasil. Partindo desse período percebe-se uma tendência positiva de depreciação cambial e aumento da taxa Selic. Em 2013 ocorreu uma elevada desvalorização do real, devido à recuperação da economia americana e a redução da taxa de juros que tornou menos atrativo o investimento no Brasil, já que o país sul-americano tem apresentado características periféricas.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do índice de preços das commodities e a taxa de câmbio real efetiva no período de 2003 a 2014. Nota-se novamente a tendência de apreciação cambial pós-2003, enquanto que as commodities apresentam uma elevação dos seus preços no contexto internacional. Em conjunto, o comportamento de cada uma das variáveis pode favorecer na especialização da pauta exportadora em torno de bens intensivos em recursos naturais.

Gráfico 2 – Índice de preços das commodities e a taxa de câmbio real efetiva, no período de 2003 a 2014

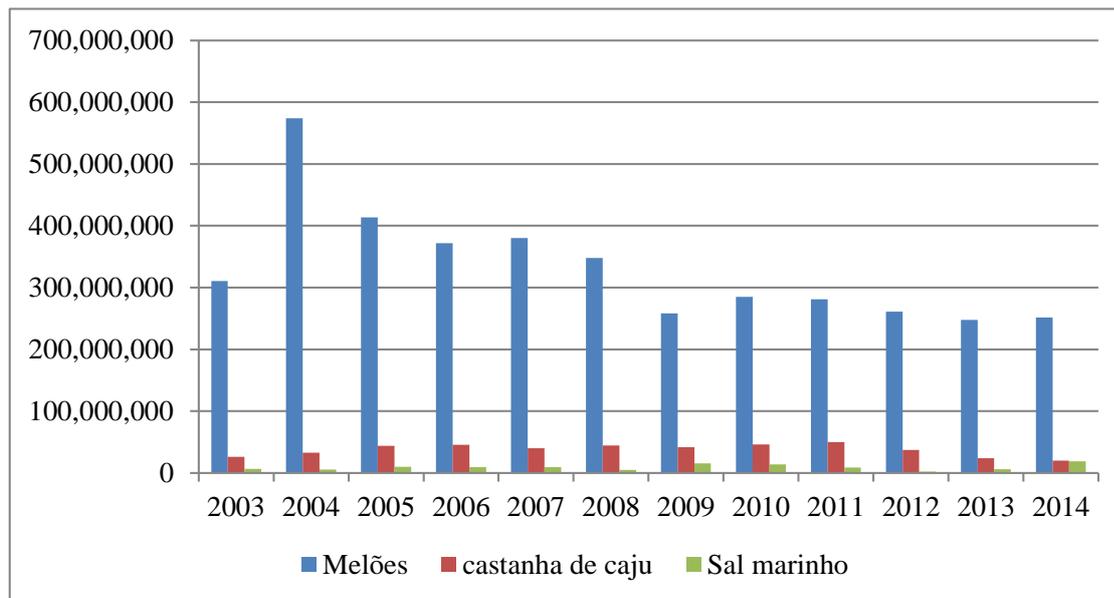


Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados do IPEADATA e do BNB (2016)

O Gráfico sinaliza a apreciação cambial, bem como a elevação do nível geral dos preços das commodities. O índice de preços passou por um aumento significativo e contínuo no período analisado, confirmando assim um cenário internacional favorável. Esse cenário diz respeito ao crescimento de economias demandantes de commodities agrícolas e produtos industriais básicos, a exemplo das economias asiáticas.

Como dito anteriormente, a tendência de apreciação cambial pode contribuir para uma especialização produtiva e exportadora em segmentos intensivos em recursos naturais, em detrimento ao desestímulo aos setores intensivos em tecnologia. Ao analisar a pauta de exportação dos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte nota-se um perfil produtivo altamente concentrado em commodities. Ressalta-se assim um caráter preocupante ao se concentrar em produtos de baixo valor agregado, que apresentam uma dinâmica atrelada à conjuntura internacional e condições climáticas. Os Gráficos 3 e 4 mostram a evolução dos valores das exportações dos três principais produtos da economia do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

Gráfico 3 – Evolução das exportações dos principais produtos do RN (US\$), 2003 a 2014

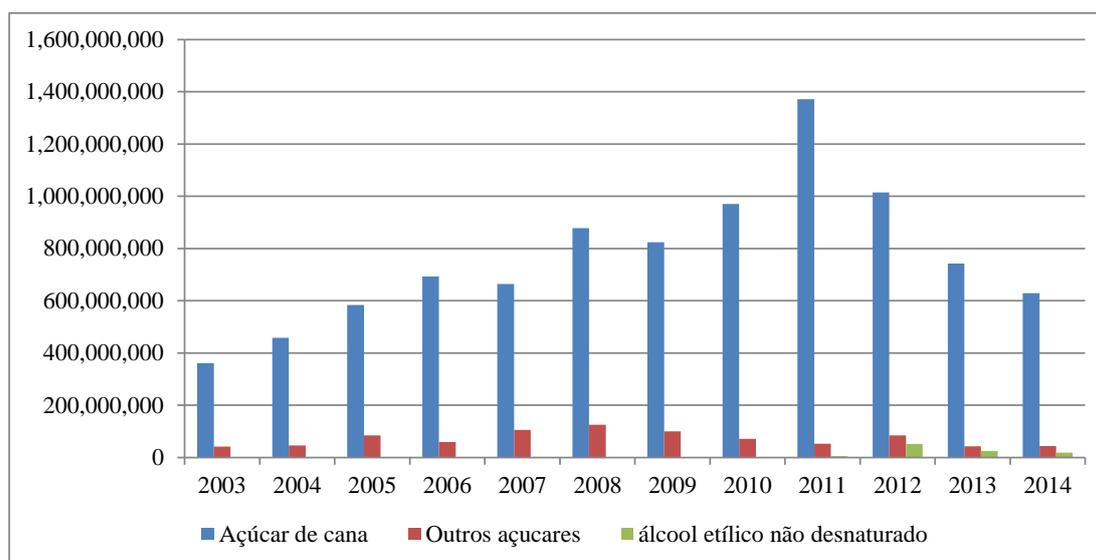


Fonte:

Elaboração dos autores a partir dos dados da Alice Web (2016)

Em conjunto, os gráficos ilustram intensas variações nos volumes exportados no RN e em AL. Em 2004, o Rio Grande do Norte atingiu o maior volume de exportação, que pode ter sido reflexo do crescimento econômico internacional, aliado ao aumento dos preços das commodities, apreciação cambial e redução da taxa de juros no ano em questão. Nesse mesmo ano, Alagoas também passou por um significativo aumento do volume exportado, aumentando 25% em relação ao ano anterior.

Gráfico 4 – Evolução do montante acumulado nas exportações dos produtos alagoanos (US\$), 2003 a 2014



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Alice Web (2016)

O Rio Grande do Norte atravessou um período de perda gradual do volume exportado, explicado pela redução das exportações dos melões e pelas estiagens que o estado vem sofrendo. Embora com elevados preços das commodities, ou seja, um cenário internacional favorável, e com a redução da taxa de juros, tais fatores não conseguiram garantir um bom dinamismo para as exportações potiguares. O período pós-2008 é que essa perda é sentida com maior intensidade, combinando maior taxa de juros e depreciação cambial.

Entre 2010-2014, o RN apresentou uma estabilidade no montante exportado, período de depreciação cambial e elevada oscilação da taxa de juros. Já Alagoas, nesse mesmo período, apresentou uma tendência decrescente. O maior volume de exportação dos produtos alagoanos ocorreu em 2011, no mesmo ano que os preços das commodities aumentaram significativamente, houve apreciação cambial e aumento da taxa de juros. A partir deste ano, as exportações alagoanas passaram por uma forte redução.

O montante acumulado dos três produtos exportados revelou alguns pontos importantes. O RN teve um decréscimo de 15% nos valores das exportações dos três produtos em 2014, em relação a 2003. Apesar de o sal marinho ter aumentado seu valor exportado, a queda nos melões foi o grande responsável por essa variação negativa. Por outro lado, Alagoas apresentou um crescimento de 72% no mesmo período, justificado, em grande medida, pelo desempenho das exportações do açúcar de cana.

Os principais resultados mostraram que as taxas de câmbio e de juros foram deveras importantes para explicar o comportamento das exportações dos estados analisados, embora apresentaram diferentes efeitos quando analisados isoladamente. Ainda que os preços das commodities tenham apresentado uma tendência de crescimento, esta sozinha não garantiu uma elevação das exportações nos estados. Sendo assim, foi possível inferir que as variáveis macroeconômicas, taxa de câmbio e de juros, foram centrais para compreender a configuração das exportações no período.

Soube-se que as taxas de juros e de câmbio apresentaram efeitos diferenciados de acordo com o segmento produtivo. No que diz respeito ao setor de commodities, verificou-se que esse foi duplamente beneficiado pela redução de juros e pela apreciação cambial, visto que a última se tornou mais prejudicial aos setores tecnologicamente mais sofisticados, possibilitando assim a aceitação da hipótese central desse artigo.

## 5. CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento dessa pesquisa, que teve por objetivo analisar os efeitos das taxas de juros e de câmbio sobre o comportamento das exportações nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, no período compreendido de 2003 a 2014, permitiu atestar que se alcançou o esperado no estudo. Metodologicamente foi realizada uma revisão da literatura e levantamento de dados secundários para analisar os três principais produtos da pauta de exportação dos estados e o desempenho das taxas de juros e de câmbio ao longo do período em questão.

Com relação à pauta exportadora, os dados sinalizaram uma elevada dependência da economia regional em torno dos produtos agrícolas, corroborando um quadro preocupante no que diz respeito à uma estrutura basicamente caracterizada por produtos de baixo valor agregado ou reduzida elasticidade-renda, e altamente vulnerável aos condicionantes da demanda internacional, além de mudanças climáticas inesperadas.

Os principais resultados mostraram que as taxas de câmbio e de juros foram deveras importantes para explicar a performance das exportações dos estados analisados, embora apresentem diferentes efeitos quando analisados isoladamente. Entre 2003 a 2008, as exportações alagoanas passaram por uma tendência de crescimento, resultante da combinação de elevados preços das commodities, apreciação cambial e redução da taxa de juros. O Rio Grande do Norte também passou por uma trajetória semelhante, embora tenha sentido mais fortemente os efeitos da crise de 2008. Em 2009, os dois estados reduziram as exportações, que devido ao reflexo da maior taxa de juros e da depreciação cambial do período. Entre 2010 a 2014, o RN passou por um período de recuperação do volume exportado, apresentando um caráter estável, enquanto que AL mostrou que tem apresentado redução pós 2011, ano que alcançou o maior volume de exportações no período analisado.

Finalmente, as evidências alcançadas no estudo, sem dúvida, possibilitaram atingir o esperado no trabalho, o qual reuniu aspectos importantes, contudo, recomendando as futuras pesquisas, a consideração de um maior número de entes federativos brasileiros, adoção de instrumentais econométricos espaciais, ou mesmo a ampliação da série temporal observada, na tentativa de tornar a investigação dessa natureza ainda mais representativa no campo da economia agrícola.



## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.

BAER, W. A economia brasileira. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>>. Acesso em: 20 de março de 2016.

CARLIN, W; SOSKICE, D. Macroeconomics: Imperfections, Institutions and Policies. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

FIGUEIREDO, J. S; et al. Concentração e Polarização Industrial: Uma Análise da Agroindústria Canavieira no Brasil. Revista Geonordeste. N. 2. Ano 23. 2012.

FRANCO, G. H. B. Crônicas da Convergência: Ensaio Sobre Temas Já Não Tão Polêmicos. Topbooks: Editora. Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, Z. B. O programa empregador de última instância: Sua relevância em tempos de crises financeiras e sua aplicabilidade ao Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

IPEADATA. Banco de dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA): estatísticas macroeconômicas. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 29 de março de 2016.

KRUGMAN, P. “Differences in income elasticities and trends in real exchange rates”. In: European Economic Review, maio, 1989.

LOPREATO, F. L. C. Crise Econômica e Política Fiscal: Os Desdobramentos Recentes da Visão Convencional. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 236, jun. 2014.

MEDEIROS, C. A; SERRANO, F. “Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil”. In: FIORI, J. L; MEDEIROS, C. A. (orgs.) Polarização mundial e crescimento. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Alice Web. Disponível em: < <http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em 28 de março de 2016.



Modenesi, A. M. Regimes Monetários. Bauru: Manole. 2005.

NAKABASHI, L.; CRUZ, M. J. V; SCATOLIN, F. D. Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira. R. Econ. Contemporânea, Rio de Janeiro, 2008.

NASSIF, A. As Armadilhas do Tripé da Política Macroeconômica Brasileira. Revista de Economia Política. V. 35, n. 3, 2015.

PREBISCH, R. (1949) “O Desenvolvimento Econômico da America Latina e Alguns dos seus principais problemas”. In: R. Bielschowsky (org.) “Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL- volume 1”, Cepal-Record, 2000.

SERRANO, F. “Acumulação e Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento”. In: Fiori, J. L. & Medeiros, C. A. (orgs.) Polarização Mundial e Crescimento, Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

SILVA, W. G; SILVA, S. C; FIGUEIREDO, J. S. Reflexões sobre a política social a partir do contexto monetário internacional: uma discussão preliminar. HOLOS. V. 2, 2013.

SIQUEIRA, M. S. Política monetária e inflação no Brasil: uma análise pela função impulso-resposta generalizada. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) – Escola de Pós-graduação em Economia – Fundação Getúlio Vargas, 2007.

VARTANIAN, P. R. Choques Monetários e Cambiais sob Regimes de Câmbio Flutuantes nos Países Membros do Mercosul: Há Indícios de Convergência Macroeconômica? Revista Economia. Maio/Agosto, 2010